

# **IMPrensa COMO FONTE PARA A HISTÓRIA SOCIAL DA CIDADE: O CASO DO JORNAL *O COMBATE* (1917)**

## **PRESS AS A SOURCE FOR THE CITY'S SOCIAL HISTORY: THE CASE OF THE NEWSPAPER *O COMBATE* (1917)**

Denilson Botelho<sup>1</sup>

Vitória Ribeiro<sup>2</sup>

Resumo: O artigo propõe a investigação de matérias publicadas pelo jornal *O Combate* durante a greve geral de 1917 em São Paulo. Visa expor as considerações do periódico sobre as mobilizações, destacando suas críticas e o desenvolvimento de um projeto político próprio referente ao processo de urbanização e a crise habitacional na cidade.

Palavras-chave: Imprensa; Direito à cidade; São Paulo; Primeira-República; Mobilizações.

Abstract: The text proposes the investigation of articles published by the newspaper *O Combate* during the 1917 general strike in São Paulo. It aims to expose the journal's considerations about the mobilizations,

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). [botelhodenilson@gmail.com](mailto:botelhodenilson@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).  
Revista Cordis. História e Arte. São Paulo, vol. 2, nº 30, 2023.

highlighting its criticisms and the development of its own political project referring to the urbanization process and the housing crisis in the city.

Keywords: Press; Right to the city; Sao Paulo; First Republic; Mobilizations.

### *Introdução*

Este artigo parte do interesse no debate sobre moradia e direito à cidade presente durante a greve geral de 1917 na cidade de São Paulo. O trabalho assume a necessidade de discutir a temática por meio da imprensa, reconhecendo-a não apenas como receptora de informações, mas como agente política, marcada por suas próprias inclinações e interlocuções.

Buscou-se expor como o contexto de crise urbana no qual a greve se deu foi discutido na historiografia e como o debate sobre associativismo e motins da fome possibilita novas interlocuções e análises.

O trabalho tomou como fonte primária escritos de *O Combate* como artigos de opinião e informativos do desenrolar da greve, visando recolher material referente a postura do periódico na tomada da cidade pelos grevistas e suas reivindicações, especificamente contra a alta dos aluguéis e moradias operárias.

Nas próximas linhas procura-se apresentar o periódico *O Combate*, sua atuação na greve geral e as considerações expostas em

suas páginas, além de elencar alguns debates que norteiam este escrito. O intuito é de destacar a imprensa enquanto fonte promissora para os estudos sobre o espaço urbano.

### *Breve apresentação*

O jornal *O Combate* foi um periódico de porte médio e tiragem diária, exceto aos domingos. Durante o recorte temporal apresentado, esteve sob comando de Nereu Rangel Pestana e seu irmão Acilino Rangel Pestana. Se autodeclaravam *republicanos radicais* e trabalhavam com notícias críticas às ações dos governantes da cidade de São Paulo.

Foi um periódico de circulação menor em comparação à grande imprensa e uma possível classificação para o mesmo seria de *imprensa independente*<sup>3</sup>. No mais, pode ser caracterizado como um periódico que dispunha dos meios econômicos e das relações sociais para circular de forma abrangente.

Deve ser considerado que os irmãos Nereu e Acilino Rangel Pestana eram filhos de Francisco Rangel Pestana, um dos fundadores do jornal *A Província de S. Paulo*, posteriormente conhecido como *O Estado de S. Paulo*<sup>4</sup>. Ou seja, apesar de ser um periódico crítico e que sofreu com a censura<sup>5</sup>, suas relações familiares tiveram peso na

---

<sup>3</sup> Uso do termo a partir das considerações de Laura Maciel. Para mais: MACIEL, Laura Antunes. Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República. ACHSC, v. 48, p. 383-413, 2021.

<sup>4</sup> BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. A história de São Paulo no ano de 1918 pelo olhar do jornalista militante: uma análise dos gêneros textuais de *O Combate*. In: VI Simpósio Internacional de estudos de Gêneros Textuais, 2011, Natal /RN. *Anais do VI SIGET*, 2011.

<sup>5</sup> Alguns exemplos de censura do jornal podem ser vistos nas edições de primeiro de abril de 1918 e 4 de dezembro do mesmo ano. Período subsequente as manifestações de 1917 contou Revista Cordis. História e Arte. São Paulo, vol. 2, nº 30, 2023.

manutenção do impresso - que não contou com a instabilidade e imprevisibilidade da circulação de suas folhas, algo que comumente ocorria com demais jornais independentes e, principalmente, operários.

Suas edições contavam com 4 páginas, sendo a última endereçada aos anúncios. Colunas como “Ecos & Fatos”, “Chronicas da vida social” e “Theatro e Diversões” marcavam o público leitor de profissionais liberais – ou camadas médias urbanas. No mais, não são poucas as menções do periódico aos problemas enfrentados pela classe de operários de fábricas e demais trabalhadores que não contavam com renda fixa – engraxates, carroceiros e etc.

Sua postura crítica se voltava para os problemas que grande parcela da população paulistana enfrentava, como a alta dos preços, dificuldades de locomoção pela cidade e péssimas condições de trabalho. O jornal também demonstrava sua indignação para com impressos que se omitiam nessas situações em prol de benefes de políticos.

Em suma, é possível perceber no jornal a presença de uma postura firme sobre as reivindicações proletárias, porém, sem adquirir um tom revolucionário que viesse a “assustar” a outra parcela de seu público leitor.

### *A questão habitacional e o impresso*

O debate sobre a crise habitacional enquanto *questão social* para o Estado brasileiro esteve em diálogo e tensão com as pesquisas

---

com sucessivas ações do Estado contra os periódicos, principalmente em matérias que buscavam discutir a carestia de vida.

realizadas por Nabil Bonduki. Em sua obra *Origens da Habitação Social no Brasil* (1998) o autor realiza investigações que vêm desde então sendo referenciadas e objeto de crítica para aqueles que se voltaram ao problema da urbanização e, sobretudo, da moradia popular em suas pesquisas.

Para os interesses deste artigo vale salientar as considerações de Bonduki sobre o problema habitacional que antecederam a Era Vargas. Para o autor às *livres forças do mercado* vigoravam até então<sup>6</sup>. A iniciativa privada, vista como principal agente na construção da moradia popular, obteve o aval do Estado para realização de seus projetos, resultando em ações de órgãos governamentais no mercado habitacional *praticamente nulas*<sup>7</sup>.

Bonduki aponta para a *livre negociação* como regra nas relações estabelecidas entre locadores e inquilinos, não havendo intervenção estatal por meio de regulamentações. A Lei de inquilinato que vigorou entre 1921-1927 foi vista pelo autor como pouco eficaz<sup>8</sup>. Assim, sobre a Primeira República o autor argumenta que as *organizações populares* não encontraram no Estado interlocutor para suas reivindicações<sup>9</sup>.

Já pesquisas como de Marisa Carpintéro, ao ressaltar as políticas de saneamento como importantes marcos que, desde as últimas décadas do século XIX, vinham delimitando o cenário, apresenta um panorama

---

<sup>6</sup> BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*, v. XXIX (127), 1994, 711-732, p. 711.

<sup>7</sup> Ibid., p. 712.

<sup>8</sup> Ibid., p. 714.

<sup>9</sup> Ibid.

que retorna ao menos uma década em relação à Bonduki, destacando as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo<sup>10</sup>.

A autora ressalta o papel da política – polícia – sanitária como parte do projeto habitacional em desenvolvimento tendo em vista o discurso de marginalização e moralização da população pobre, principalmente encortçada.

Os cortiços foram durante boa parte deste período principal alternativa de moradia para a população mais pobre. Estas considerações podem também ser encontradas nos estudos de Lúcio Kowarick. Esse tipo de moradia desenhou uma paisagem que persistiu muito mais do que as políticas de habitação populares realizadas pela iniciativa privada, sendo as vilas operárias principal exemplo<sup>11</sup>.

Ao adentrar o século XXI a historiografia se viu desafiada a questionar certezas e estruturas rígidas de análise, cabendo a novas pesquisas apontar caminhos de reflexão e debate que questionem esses marcadores. Um ponto central para este trabalho diz respeito a ideia exposta por Bonduki de que o Estado “entra em cena” após 1930.

A autora deste trabalho reconhece que o Estado brasileiro que estava sendo constituído nunca não esteve “em cena”. Considerações de Carpintero e Kowarick demonstram o papel que a institucionalidade teve na criação de códigos sanitários, expulsão da população

---

<sup>10</sup> CARPINTERO, Maria Varanda Teixeira. *A construção de um sonho: “habitação econômica” – projetos e discussões* (São Paulo – 1917/1940). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1990, p. 79-80.

<sup>11</sup> KOWARICK, Lúcio. Cortiços: A humilhação e a subalternidade. *Tempo social*, São Paulo, v. 25, n. 2, novembro, 2013.

encortificada e criação de mecanismos que “escondessem” trabalhadores marginalizadas do pretense ideal da cidade moderna.

Recorrendo as considerações de Laura Maciel<sup>12</sup>, devemos olhar para o período que antecede 1930, ou seja, a Primeira República, de forma a problematiza-lo. É através da operação historiográfica, da análise material das fontes, que as evidências se mostram para que a participação popular, está sim muitas vezes “fora de cena”, seja reconhecida. E deste reconhecimento surgem novas compreensões.

É esta uma forma de evitar simplificações sobre a construção de resistências e lutas frente à crise urbana e habitacional, limitando as diversas formas de organização e reivindicação a mera relação interpessoal entre locatário e locador. Pensar a crise habitacional desta maneira desconsidera os diferentes grupos que ali se estabeleceram e se articularam.

As considerações apresentadas remetem ao debate sobre a casa própria e a constituição de políticas de habitação popular anterior aos anos 1930. Este trabalho reconhece que essa discussão ganha com o uso de fontes como *O Combate*, destacando outros agentes que tomaram parte no estabelecimento de *projetos de habitação*.

Marisa Carpintéro ao apresentar o quadro de mobilizações contra a crise habitacional destaca as Ligas dos Inquilinos. A constituição de ligas que visavam debater a alta dos aluguéis é exposta pela autora

---

<sup>12</sup> MACIEL, Laura Antunes. Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República. *ACHSC*, v. 48, p. 383-413, 2021, p. 390.  
Revista Cordis. História e Arte. São Paulo, vol. 2, nº 30, 2023.

como uma forma de organização que tem seus precedentes desde 1907, ressaltando a presença de anarquistas em suas constituições<sup>13</sup>.

Carpintéro apresenta A Liga dos Inquilinos de 1920 criada pelo jornal *O Combate*, expondo trechos de debates sobre habitação presentes no impresso. Porém, suas considerações finais sobre a liga são de que a mesma não pode ser encarada como exemplo de um projeto de habitação próprio<sup>14</sup>. Entre as referências utilizadas para corroborar com sua argumentação estão Eva Blay e Margareth Rago.

Blay argumenta que a questão habitacional apenas passou a fazer parte dos círculos de reivindicações com a greve geral de 1917. Segundo a autora, deste ano até 1920 uma greve de 1919 e a Liga dos Inquilinos organizada pel'*O Combate* seriam os exemplos de mobilizações que trataram da problemática da habitação<sup>15</sup>.

Blay expõe a abordagem sistemática do problema da habitação operária pelos impressos anarquistas. Porém, para a autora a luta anarquista contra a propriedade privada limitou a discussão sobre a casa própria. Ao fim questiona: “Até que ponto, por lutar contra os aluguéis, não teriam os anarquistas se distanciado das aspirações do operariado de ter suas casas próprias?”<sup>16</sup>.

Sobre o que argumenta Rago, Carpintéro ressalta suas considerações sobre a inexistência de um projeto de habitação feita

---

<sup>13</sup> CARPINTÉRO, Marisa Varanda. “O direito de habitar”, In: CARPINTÉRO, Marisa Varanda. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil 1917-1940*, São Paulo, UNICAMP, 1998, p. 168.

<sup>14</sup> Ibid., p. 171-172.

<sup>15</sup> BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar*. São Paulo: Studio Nobel, 1985, p. 146-147.

<sup>16</sup> Ibid., p. 150.

pelos grupos anarquistas do período. Apesar de persistirem na luta contra a exploração dos trabalhadores, e mesmo reconhecendo a existência da Liga dos Inquilinos de 1907 e da Liga Popular Contra a Carestia de Vida, Rago aponta que as mesmas não formularam um projeto de reorganização do espaço urbano<sup>17</sup>. Rago destaca o caráter de denúncia dos anarquistas, porém, sem proposições.

Acredita-se que complexificar o olhar sobre a existência ou não de um projeto de habitação anterior a 1930 ganha com a crítica à alguns pontos feitos pelas autoras e reforçados por Carpintéro.

Blay argumenta que entre 1913 e 1916 não houve, na imprensa operária, abordagem sobre a questão habitacional. A autora, porém, ignora a existência neste período – entre 1912 e 1916, mais especificamente – da Liga Popular Contra a Carestia de Vida, com destaque para a cidade de São Paulo.

Um de seus principais articuladores foi o periódico anticlerical *A Lanterna*, comandado por Edgard Leuenroth, militante de notória participação no movimento operário nas primeiras décadas do século XX. Uma das primeiras notícias sobre a criação da Liga destaca:

Já em nosso numero passado nos referimos a uma grande agitação que se está preparando em S. Paulo contra a assustadora e crescente *carestia dos alugueis de casa* e dos generos de primeira necessidade.<sup>18</sup> [grifo nosso]

---

<sup>17</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. – 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 261.

<sup>18</sup> *A Lanterna*, “Contra a carestia da vida. Prepara-se uma grande agitação - Uma reunião na terça-feira”, 20 de abril de 1912, p. 3.

Apesar de ser um periódico anticlerical, contava com a colaboração de socialistas, anarquistas e demais grupos políticos que marcaram posicionamento explícito sobre a situação da classe trabalhadora do período. Além do mais, com a atuação de Leuenroth no jornal publicações foram deixando seu caráter “exclusivamente”<sup>19</sup> anticlerical e passaram a trazer cada vez mais as demandas do operariado<sup>20</sup>. A liga criada em 1912 representa um exemplo dessa mudança.

Pode também ser retomado o exemplo de *A Plebe*. A autora destaca a reivindicação sobre a diminuição dos aluguéis presente na greve geral de 1917. O que a autora não aponta é como este periódico encara que esta reivindicação está em diálogo constante com um contínuo de lutas que remonta ao início do século XX.

O período da greve de 1917 teve entre suas resoluções a reestruturação da Federação Operária de São Paulo (FOSP). Entre os itens que compunham as bases de acordo da nova fase da federação constavam:

I) Lutar pelo baratemaneto dos aluguéis, exigindo o oferecimento de todas as condições de higiene. J) condições sanitárias e seguras de trabalho<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> As aspas estão ali postas pois, mesmo que em menor quantidade, informações sobre outras temáticas já se faziam presentes no periódico antes mesmo dele se dedicar mais explicitamente às questões da classe trabalhadora.

<sup>20</sup> Para mais informações sobre essa mudança no jornal conferir: SANTOS, Kauan Willian dos. Anticlericalismo e Militância sindical: o periódico anarquista *A Lanterna* e sua ação entre os trabalhadores em São Paulo (1901- 1914). *Revista Eletrônica Discente História.com*, v. 2, p. 116-130, 2013.

<sup>21</sup> *A Plebe*, “Bases de acordo da Federação Operária de S. Paulo - fins imediatos”, 18 de agosto de 1917, p. 3.

Na edição seguinte o periódico traz uma foto do I Congresso Operário Brasileiro (COB) realizado em 1906 e a legenda dizia: “cujas resoluções foram amoldadas as bases de acordo da Federação Operária de São Paulo”<sup>22</sup>. Ou seja, o periódico reconhece a continuidade das lutas expostas mais de 10 anos antes pelos militantes operários e que não estão desarticulados das posturas que se sucedem.

Esse contínuo de lutas não contava apenas com a atuação de anarquistas como faz parecer Blay. A construção de sua argumentação é pautada na ação dos libertários como um grupo homogêneo neste debate. Evidentemente, os mesmos tiveram papel importante na construção da luta, mas ao retornar tanto a COB quando a FOSP o escopo de militantes ali presentes não se limita aos anarquistas e estes, por si só, não representam um grupo homogêneo<sup>23</sup>.

Outro ponto que vale sublinhar é que tanto Blay quanto Carpintéro apresentam a Liga dos Inquilinos de 1920 como parte da articulação anarquista. Como vimos anteriormente, o jornal *O Combate* não era anarquista, mas sim se reivindicava *republicano radical*. Uma homogeneização que faz diferença na construção dos argumentos das autoras em muito amparada pelo questionamento da capacidade organizativa de grupos anarquistas e como os mesmos não visavam a ação estatal como resposta a suas denúncias.

---

<sup>22</sup> *A Plebe*, 25 de agosto de 1917, p. 1.

<sup>23</sup> Para mais informações sobre a heterogeneidade de militantes que constituíram estas organizações, conferir: TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. v. 1. 142p.

A relação entre os redatores de *O Combate* com anarquistas, principalmente com Leuenroth, esteve presente, notadamente a partir da greve de 1917<sup>24</sup>. Porém, apesar de haver sim uma interlocução entre grupos anarquistas e os irmãos Rangel Pestana, principalmente Nereu, e que essa interação pode ser vista nas folhas de ambos os periódicos, isso não significa que as intenções de *O Combate* com a criação da liga de 1920 eram as mesmas de grupos anarquistas e nem que, como estes, propunham soluções apartadas do Estado.

A esse ponto soma-se as considerações de Rago. Como dito anteriormente a autora destaca a não existência de um projeto de habitação próprio dos grupos anarquistas. Este trabalho encara, por meio da análise de periódicos anarquistas e independentes<sup>25</sup>, que a postura de Rago deixa de lado justamente a presença de interlocuções entre libertários com outros grupos políticos.

Leuenroth pode ser visto como principal exemplo. Sua articulação junto a figuras como Nereu Rangel Pestana e os redatores da revista *O Parafuso* apontam para trocas que vão na contra mão da ideia de que olhar exclusivamente para a imprensa anarquista é suficiente para comprovar a inexistência de um projeto.

Como mesmo destacou Carpintéro, *O Parafuso* contou com suas próprias concepções sobre a crise habitacional<sup>26</sup>. Porém, a autora expõe as considerações da revista como se falassem de um debate apartado

---

<sup>24</sup> RIBEIRO, Vitória. “*O que urge fazer?*”: Sobre moradia e transporte nas páginas d’O Combate e d’A Plebe durante a greve de 1917. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História). – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2021.

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> CARPINTÉRO, op. cit, 1990.

tanto da imprensa libertária, com destaque para *A Plebe*, quanto de *O Combate*.

Compreender que haviam projetos em disputa, mas que eles também estavam em constante diálogo é uma maneira de encarar os exemplos expostos pela autora não como justificativas para a inexistência de um projeto de habitação anterior a 1930, mas sim como evidências de um espaço de troca e de construção conjunta deste projeto<sup>27</sup>.

É importante salientar que a argumentação utilizada por Carpintéro e que parte de Blay e Rago perpassa uma infantilização e uma moralização das ações das mobilizações destas ligas, atrelando a falta de organização e ausência de um projeto consolidado ao seu – questionável - caráter anarquista.

Assim, se por um lado as considerações de Bonduki sobre a existência de um projeto de habitação popular anterior à 1930 vêm sendo debatidas, por outro algumas destas pesquisas se limitaram a uma leitura marcada pela desqualificação de experiências libertárias e homogeneização de táticas de mobilizações. Além de enxergar as posturas dos jornais e revistas de forma apartada e não em diálogo.

### *Formas de mobilização*

---

<sup>27</sup> Não era incomum periódicos deixarem notas em suas folhas referenciando publicações de outros jornais que achavam interessante, muitas destas de edições que ainda não tinham saído, indicando um conhecimento e uma troca entre os redatores. A título de exemplo: *A Plebe*, “O Parafuso”, 28 de julho de 1917, p. 2; *A Plebe*, “O Parafuso”, 4 de agosto de 1917, p. 3; *O Combate*, “Leiam O PARAFUSO amanhã, 7 de julho de 1917, p. 2; *O Combate*, “Revistas do dia”, 7 de julho de 1917, p. 3.

Com o intuito de analisar a historiografia empenhada no debate sobre a classe trabalhadora, sua trajetória e tendências, Claudio Batalha travou o entendimento de como a mesma foi marcada por disputas políticas e confundida pela própria história da esquerda brasileira<sup>28</sup>.

A chamada *produção militante* tem entre seus principais exemplos as narrativas de criação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Atribuindo às mobilizações operárias um antes - inconsciente infantil e pouco estruturamento - e depois - sólido e amadurecido.

Batalha aponta para a concepção teleológica e anacrônica de história que compôs esse primeiro momento e que em menor ou maior grau foram incorporadas pelos sociólogos e mesmo historiadores que futuramente se propuseram a discutir essas organizações.

As *sínteses sociológicas* sobre o movimento operário foram maioria nos anos que se sucederam, principalmente entre 1950-1960. Suas considerações eram marcadas por modelos pré-estabelecidos que cristalizaram certas concepções como: a origem estrangeira dos trabalhadores, a presença anarquista e sua hegemonia na Primeira República<sup>29</sup>.

A principal mudança vem a partir dos anos 1980 com as considerações de E. P. Thompson adentrando a historiografia nacional,

---

<sup>28</sup> BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. in: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 145-158, p. 146.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 148.

possibilitando, junto a outros autores e dentro de embates no meio acadêmico, a diversificação de temas e atores sociais<sup>30</sup>.

Esse panorama foi apresentado para compreender a construção de argumentos de Carpintéro. No mais, ao pensar o projeto de habitação anterior à 1930 a autora ainda remonta as narrativas da época de criação do PCB, reitera a hegemonia anarquista e, em certo nível, reforça a leitura moral exposta em autores como Boris Fausto sobre a “ineficiência” das mobilizações grevistas de 1917-1920<sup>31</sup>.

Nas próximas linhas busca-se expor de que modo mobilizações tais como ligas e comitês, muitas destas criadas em momentos de crise e em meio a greves, foram exploradas pela historiografia e como a discussão sobre associativismo possibilita encarar o impresso como parte desse contexto heterogêneo.

Marcos Virgílio da Silva pesquisa de que maneira à formação da classe trabalhadora compete diferentes formas de mobilização. O autor aponta para três “tipos” de expressão das demandas populares: os motins (*riots*), os movimentos sociais não baseados em classe (*non-class-based*) e os movimentos organizados pela classe trabalhadora (*working class*).

Silva busca com sua análise romper com a ideia de que os protestos populares foram práticas esporádicas e excepcionais no

---

<sup>30</sup> Ibid., p. 153.

<sup>31</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*; - 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Revista Cordis. História e Arte. São Paulo, vol. 2, nº 30, 2023.

contexto brasileiro<sup>32</sup>. Também por meio de sua investigação problematiza certa historiografia que caracterizou esses levantes como insuficientes ou incompletos. Encara assim que a prática da ação direta – que não se limitaram a estratégias de grupos anarquistas – foi, e continua sendo, um instrumento de luta que vale investigação atenta.

Debatendo com a historiografia procura caracterizar muitos dos motins de fome e quebra-quebras que ocorreram no Brasil não como eventos isolados, mas sim como maneiras legítimas de expor insatisfação e apresentação de projetos próprios que reverberaram para além das ações isoladamente. Muitas dessas mobilizações não contavam com grupos homogêneos.

O texto intenta mostrar os pontos de convergência entre diversos arranjos de mobilização, demarcando o problema de leituras que diminuem certos tipos – muitos destes atrelados a grupos marginalizados – em detrimento de outros, vistos como melhor estruturados, dentro de uma lógica evolutiva de análise<sup>33</sup>.

Ao fim, o autor argumenta sobre a importância de pensar as dinâmicas de protesto como mutáveis, além de reforçar que agentes históricos participam de mais de uma forma de mobilização concomitantemente, podendo essa ser a regra. Assim, o olhar para ações realizadas por comitês ou ligas sem buscar compreender sua efetiva

---

<sup>32</sup> SILVA, Marcos Virgílio da. Riots, Social Movements and the "Making of the working class": Forms of popular organization and urban protests in São Paulo (1945-1964). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*, v. 17, n. 3, p. 34-48, Recife, set-dez, 2015, p. 36.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 44-45.

ação, examinando-a em seus próprios termos, corre o risco de cair em generalizações<sup>34</sup>.

Contribuições semelhantes podem ser encontradas no debate de Murilo Leal Pereira Neto. Para elaborar sobre a constituição do que denomina de um novo *sujeito coletivo* aponta como as lutas nos bairros expõe um quadro muito mais complexo de organização que não responde aos ideais de mobilizações<sup>35</sup>.

O autor também destaca:

Apesar da gravidade da situação, diversos estudos vêm demonstrando que estas ações, longe de serem uma explosão de desespero e violência, obedeciam a certas regras e procedimentos - de uma violência ritualizada e não cega - constituindo-se, assim, em uma forma de luta pelo direito à cidade.<sup>36</sup>

O trecho ressalta que aquelas leituras que se voltaram para o caráter imaturo e violento das mobilizações não estavam considerando em suas análises o papel das diferentes estratégias de mobilização para com os resultados que visavam alcançar.

As pesquisas de Silva e Pereira Neto partem do contexto pós era Vargas. Mais especificamente, trabalham com estudos a partir da década de 1940. No entanto, suas considerações continuam extremamente válidas para pensar arranjos que antecederam este período.

---

<sup>34</sup> Ibid., p. 46.

<sup>35</sup> PEREIRA NETO, Murilo Leal. A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a "reinvenção" da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964). *Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, 2009, p. 241.

<sup>36</sup> Ibid.

Motins contra fome e reivindicações de inquilinos marcaram o início do século XX. Contexto de crise em relação direta ou indireta com a Primeira Guerra Mundial. Manifestações, ligas e comitês compuseram o cenário do período, possibilitando que reivindicações tomassem corpo coletivamente. Esses agentes e a forma com as quais se relacionaram não foi única. Seu entendimento frente a heterogeneidade de atores e dinâmicas de organização ganha com o debate que aponta nessa diversidade espaço profícuo de investigação.

Este trabalho argumenta que é possível relacionar as considerações de Silva e Pereira Neto com a historiografia que se dedicou às primeiras décadas do século XX.

Pode-se destacar Joana Dias Pereira que na compreensão das mobilizações sociais no período de 1917 em Lisboa, analisa a amplitude e multiplicidade de ações grevistas e marchas da fome na região e que, em menor ou maior grau, se articularam com as demais revoltas e revoluções que aconteceram, seja na Rússia, na Argentina ou mesmo no Brasil<sup>37</sup>.

A imprensa, principalmente a libertária, é extremamente importante para que a pesquisadora possa compreender essa variedade de mobilizações e como as mesmas puderam ser vistas fora dos limites locais. O que não implica desconsiderar elementos conjunturais restritos ao contexto lisboense.

---

<sup>37</sup> PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920. *Ler História*, n. 66, 2014, p. 3

Pereira argumenta sobre a percepção do Estado como espaço de disputa, visto pelos trabalhadores como oportunidade de lutar por melhores condições e responsabilização das ações. A autora entende que esse uso do aparelho estatal demonstra que os manifestantes percebiam as oportunidades e se apropriavam de recursos organizacionais para os seus interesses.

Apesar de se tratar de um caso português suas considerações foram incorporadas às de Edilene Toledo e Luigi Biondi quando refletindo sobre a greve geral de 1917 na cidade de São Paulo<sup>38</sup>. No mais, para Pereira essas revoltas estiveram na origem de um novo ciclo de lutas laborais, com práticas próprias e que devem ser estudadas reconhecendo suas especificidades.

A autora aponta que estudos transnacionais vêm mostrando que entre 1914-1918, quando *canais tradicionais de protestos* forma bloqueados ou atrofiados devido ao contexto de guerra, outros tipos de relações entre atores sociais foram sendo desenvolvidas e tiveram seu papel em organizações políticas<sup>39</sup>.

O ciclo de agitação de 1917-1920 em Portugal foi organizado por ativistas de base, envolvendo associações comunitárias, sindicatos e redes informais que cruzaram os bairros operários. Essa forma de mobilização foi capaz de superar a hierarquia entre trabalhadores

---

<sup>38</sup> BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p. 102; TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 61, p. 497-518, maio-agosto, 2017, p. 501.

<sup>39</sup> PEREIRA, op. cit., 2009, p. 10.

qualificados e desqualificados, possibilitando laços de solidariedade dentro e fora das fábricas.

Porém, em sua argumentação Pereira reforça a ideia de que o *espontaneísmo* das manifestações é em si um dado homogêneo e, mais importante do que isso, inferior – fruto de raiva e desespero, como aponta a autora<sup>40</sup>. O que se busca expor com esta pesquisa é justamente o contrário.

Dentro do campo historiográfico brasileiro pode ser retomado Claudio Batalha quando sobre o associativismo no período da Primeira República. Encarando essas formas de associação como fruto da relação e construção empírica da classe trabalhadora em seu contexto, demonstra que entre 1917-1919 a diversidade de trabalhadores e transividade entre um tipo de organização e outra se fez presente<sup>41</sup>.

Como Pereira, Batalha encara o associativismo como uma ferramenta política utilizada pelos diferentes grupos de trabalhadores como maneira de expor suas reivindicações, principalmente em momentos em que os espaços da política formal eram limitados<sup>42</sup>.

Também Edilene Toledo destaca em seu balanço historiográfico sobre a greve de 1917 os laços de solidariedade locais e reivindicações múltiplas, articulando as necessidades imediatas à luta política. A autora encara a autoconstituição da organização proletária enquanto

---

<sup>40</sup> Ibid., p. 6.

<sup>41</sup> BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 125.

<sup>42</sup> Ibid., p. 132.

parte de um movimento que não apenas era submetido, como também tencionava com o aparelho estatal<sup>43</sup>.

Se vale da imprensa – principalmente operária e libertária – e da experiência no espaço urbano enquanto fontes de pesquisa, encarando-as como parte constituinte de consciência política.

Tendo em vista a agência desses sujeitos históricos e as variadas formas que se articularam dentro do contexto grevista, Toledo faz coro a uma historiografia que procura criticar e complexificar a ideia de espontaneísmo que pairou sobre os primeiros estudos da greve de 1917.

Também sobre a greve a autora destaca, em diálogo com Luigi Biondi<sup>44</sup>, seus impulsos diversos, tanto espontâneos quanto organizados, que coexistiram e constituíram o pano de fundo dessas agitações<sup>45</sup>.

Desta maneira, pensar as diferentes formas de mobilizações que compuseram o cenário da greve de 1917 perpassa análises que superem um olhar pautado em seu “grau” de organização, visto que tal leitura desconsidera a intercambiabilidade de táticas e a circulação de agentes históricos em diversos grupos, possibilitando uma luta não somente contra o Estado, mas que exigisse do mesmo, ação. Neste espaço, a imprensa obteve um papel que não deve ser desconsiderado

### *A imprensa e a cidade*

---

<sup>43</sup> TOLEDO, op. cit., 2017.

<sup>44</sup> BIONDI, Luigi. *Classe e nação*. Trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

<sup>45</sup> TOLEDO, op. cit., 2017, p. 512.

Neste ponto o texto retoma sua fonte central, o impresso, compreendendo que as formas de associação que existiram na Primeira República além de realizarem reuniões, manifestações e eventos para angariar fundos; escreveram, com frequência, periódicos.

Acredita-se que a imprensa teve papel de destaque na organização das reivindicações grevistas não apenas em seu noticiamento, mas na ativa compreensão e participação no desenrolar dos eventos.

Desta maneira, pensar os escritos de *O Combate* e suas considerações sobre a crise urbana em São Paulo perpassa compreender qual o papel do impresso neste período e como ele dialoga e tensiona com a organização da greve de 1917 concretamente.

A relação entre imprensa e o processo de urbanização brasileiro e, especificamente, paulistano foi estudada por Ana Luiza Martins & Tania Regina de Luca e Heloisa de Faria Cruz. As autoras desenvolveram pesquisas que se voltaram para a industrialização e constituição da República, reconhecendo que o impresso foi parte fundamental dos projetos e embates travados no período.

Se por um lado pode-se destacar que a infraestrutura cafeeira marcada pelo transporte ferroviário possibilitou o aceleração da difusão da notícia e que a introdução de novos equipamentos viabilizou a profissionalização do impresso<sup>46</sup>; por outro, os jornais foram instrumentalizados para o projeto republicano calcado na censura de

---

<sup>46</sup> MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 29; p. 35.

vozes dissidentes<sup>47</sup>. Ambos os pontos não se contradizem, mas sim, se complementam.

Martins & Luca ressaltam que a República em formação esteve diretamente relacionada com o desenvolvimento da imprensa e do jornalismo e que a censura, longe de contradizer os ideais republicanos de liberdade, possibilitou que a proposta dos governantes se estabelecesse.

Apontam que a *modernidade contraditória*, – ou mesmo conservadora – se utilizando da imprensa como ferramenta, foi um projeto cercado de tensões e disputas e com resultados que não podem ser vistos desarticulados dos meios de produção dos quais os grupos dominantes dispunham<sup>48</sup>.

A chamada grande imprensa contou com o investimento e com a atuação direta da burguesia que disputou a governança em diversas instâncias. Entre suas características estão a centralidade do lucro e o caráter empresarial de sua organização<sup>49</sup>. Diferentemente da imprensa independente, operária e politicamente engajada, que em muitos casos lidou com a escassez dos meios de produção para circular de forma consistente, em grande número e por um longo período.

Se jornais como *O Estado de S. Paulo* até hoje podem ser encontrados em bancas e no meio digital enquanto periódicos da chamada pequena imprensa podem, quando muito, serem encontrados

---

<sup>47</sup> Ibid.

<sup>48</sup> Ibid., p. 38.

<sup>49</sup> Ibid., p. 43.

em acervos de forma incompleta, isso se deve à realidade econômica, social e política que possibilitou a vida de um e não de outro.

Porém, restrições não inviabilizaram a criação da “pequena” imprensa. Apesar de limitada, o processo de urbanização e de avanço tecnológico na fabricação de jornais possibilitou que grupos cada vez maiores e diversos obtivessem acesso às folhas enquanto uma forma de expressar suas próprias considerações sobre a sociedade que estava diante de seus olhos.

Cruz, ao discutir sobre a imprensa em São Paulo, coloca-a como prática social constitutiva dos modos de viver e pensar a cidade<sup>50</sup>. Articula o periodismo ao espaço urbano, evidenciado pela construção de novos lugares, novas práticas de sociabilidade e de cultura<sup>51</sup>.

O interesse da autora está em compreender como diferentes grupos se viram diante do avanço da imprensa, como se colocaram e como a cidade, não somente palco destas ações, foi central na própria escrita dos jornais.

Para a pequena imprensa a cidade foi espaço de denúncia. Denúncia de seu aumento “desordenado”, que não atendeu as necessidades da grande maioria da população e denúncia aos detentores de poder, que, sem atenderem as reivindicações dos trabalhadores, enriqueceram e criaram formas de repressão e exploração.

---

<sup>50</sup> CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013, p. 11

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 12.

A luta diária pela sobrevivência e contra a carestia da vida se fez presente nesses impressos, possibilitando debates sobre o contexto e estratégias de resistência e luta<sup>52</sup>. Impressos que, segundo Laura Maciel, ainda foram pouco pesquisados<sup>53</sup>.

Maciel expõe que a pequena imprensa foi por muito tempo analisada de forma apartada, desconsiderando sua diversidade e as tensões que a conformaram. Em consonância com o trabalho de Batalha sobre o associativismo, argumenta que os impressos, muitos deles fruto dessas mesmas associações, são fundamentais para entender a articulação e atuação política de grupos sociais variados que discutiram dentro e sobre o espaço urbano<sup>54</sup>.

Também em diálogo com as considerações de Martins & Luca do papel da censura no projeto republicano, Maciel aponta como o processo de consolidação da Lei de Imprensa de 1923 esteve calcado no estabelecimento de qual imprensa era digna de existir e qual deveria ser excluída.

O julgamento dos chamados “crimes de imprensa” foi destinado aos jornais críticos aos governos e ao *status quo*. Em contrapartida, a grande imprensa foi pela lei protegida, e seus patrões e os meios de comunicação dos quais eram donos salvaguardados de práticas de repressão e violência arbitrárias<sup>55</sup>. Ou seja, a pequena imprensa foi vista

---

<sup>52</sup> MACIEL, Laura Antunes. Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República. *ACHSC*, v. 48, p. 383-413, 2021, p. 387.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 388

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 389.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 394-995.

como ameaça aos interesses da burguesia e sofreu com o controle perpetrado e respaldado pela grande imprensa.

Maciel apresenta exemplos de como a imprensa empresarial – outra denominação possível – utilizou de suas páginas para argumentar a favor da lei, vendo nela a possibilidade de “expurgar” figuras indesejáveis, deixando apenas aqueles “dignos”<sup>56</sup>.

Um dos jornais que a autora utiliza para exemplificar o contra-argumento da imprensa independente é justamente *O Combate*. Para a autora o periódico não apenas fez críticas diretas a criação da lei, considerando ela uma “mordação”, como também trouxe visibilidade para diversas iniciativas de associações da classe trabalhadora que se colocaram contra a implementação da mesma. O periódico também foi responsável pela convocação de reuniões para debater e tirar um posicionamento coletivo, reuniões estas que ocorriam no conhecido espaço de mobilização dos trabalhadores, o salão Celso Garcia<sup>57</sup>.

O que Maciel intenta com sua pesquisa é demonstrar que o contexto de alargamento da esfera pública que marcou o final do século XIX e começo do XX teve como ponto central o processo de urbanização e que o mesmo se encontrou atrelado à constituição não somente da grande como também da pequena imprensa. A mesma não foi feita sem conflitos e tensões, dinâmica que se intensifica ao compreender a diversidade de grupos presentes.

---

<sup>56</sup> Ibid., p. 397.

<sup>57</sup> Ibid., p. 406-407.

A imprensa está inserida dentro de uma esfera política que visa a discussão do espaço. Neste caso, a cidade. Assim, olhar para as lutas sociais, suas resistências e projetos perpassa um olhar para imprensa enquanto aglutinadora dessas questões e criadora de suas próprias considerações.

### *Um projeto de cidade em O Combate*

Reforça-se nesta seção que, apesar de não ser possível desenrolar maiores comentários sobre o que foi a greve de 1917, os estudos de Toledo e Biondi previamente citados estão entre as principais balizas para o que se compreende sobre o evento.

Para os fins previstos procura-se destacar em um primeiro momento como *O Combate* leu a tomada das ruas, partindo da concepção de que a mesma é uma forma legítima de demonstração da insatisfação diante da exclusão dos trabalhadores de áreas centrais da cidade<sup>58</sup>; e em seguida, destacar considerações específicas sobre urbanização, moradia e transporte que estiveram presentes no periódico.

Os saqueamentos, depredações e demais táticas dos grevistas foram amplamente noticiadas pela imprensa. O que é de interesse desta pesquisa é *como* foram. Esse elemento é central na compreensão do tipo de cidade que *O Combate* almejava e a quem ela deveria servir.

---

<sup>58</sup> ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo, passado e presente; - 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 105.

Já nos primeiros dias de julho o jornal trouxe informações sobre o desenrolar da greve, destacando em suas notícias o teor de lamentação para com as ações dos trabalhadores e guardando ressalvas ao caráter violento e de depredação das máquinas<sup>59</sup>.

Com o acirramento das mobilizações, a censura às atitudes dos grevistas se mantivera. Uma notícia de primeira página do jornal publicada junto a uma foto do delegado geral Thyrso Martins expõe bem a visão do periódico:

[...] *não podemos aplaudir os distúrbios de hontem* [...] Ao contrário, devemos censural-os energicamente, em *defesa da ordem* e em defesa dos próprios operários, cuja causa se torna antipathica se elles, abandonando o terreno da *resistência legal* contra os exploradores, enveredarem para motins e a *sabottage*<sup>60</sup>. [grifos nossos]

Neste momento o periódico expõe sua relação com a violência e com a desordem, desaprovando-as. Remontam a ideia progressista da cidade, disciplinada, livre de imundices e da *sabottage*. Segundo *O Combate*, o problema da classe trabalhadora estava em agir não por meio das leis, mas por meio da desordem e da selvageria, algo que veio a lhes prejudicar.

Mas não somente de críticas vivia o periódico, indicando uma saída para as táticas empregadas:

[...] não é de reprovar que exista uma *cabeça dirigente da greve*, com responsabilidade [ilegível]. Assim *se evitariam*

---

<sup>59</sup> *O Combate*, “Declararam-se em parede os operários da fábrica “Ypiranga””, 02/07/1917, p. 3; *O Combate*, “A parede na fábrica Ypiranga dos srs. Nami J’affet & Comp., novas adesões de ontem.”, 03/07/1917, p. 3.

<sup>60</sup> *Combate*, “Os operários entram no caminho das violências. Os distúrbios de ontem nos bairros da Mooca e do Braz Tiroteio entre os policias e os grevistas, as providências tomadas para hoje”, 10/07/1917, p. 1.

*explosões individuais* dos mais exaltados, que compromettem o movimento e *perturbam a ordem* exatamente pela falta de orientação.<sup>61</sup> [grifos nossos]

O controle por meio da centralização da greve em dirigentes seria, segundo o jornal, uma maneira de evitar explosões individuais – leia-se, espontâneas. Como visto anteriormente, essa postura frente à greve foi ressaltada pela historiografia, mas vem por ela mesmo sendo questionada nas últimas décadas.

No mais, estes apontamentos não vêm no sentido de desqualificar o comprometimento do periódico para com os interesses da classe trabalhadora em parede. As notícias sobre as manifestações passaram a tomar exponencialmente maior espaço no jornal, deixando de ser apenas uma coluna na terceira página com informações gerais, para trazer debates e posicionamentos mais diretos sobre os rumos das mobilizações. Não apenas, mas o próprio periódico sempre fez questão de reiterar quem eram os reais causadores da situação:

É lamentável que a vida da cidade esteja sendo perturbada pelas greves e ameaçada de maiores males. Mas disso não têm culpa os operários, que lutam contra a fome. *Têm-ná os industriaes, que enriqueceram fabulosamente nesta época de vacas magras, graças á ausencia de importações*<sup>62</sup>. [grifo nosso]

Tal visão sobre os industriais também se estendeu para os governantes do Estado, reforçando uma característica do periódico que demonstra seu olhar analítico e que encara *na* institucionalidade espaço de disputa e de denúncia. Como exemplo tem-se:

---

<sup>61</sup> *O Combate*, “Os acontecimentos de ontem no Braz e na Mooca”, 10/07/1917, p. 3.

<sup>62</sup> *O Combate*, “A greve O movimento paradista augmenta de intensidade”, 11/07/1917, p. 1.  
Revista Cordis. História e Arte. São Paulo, vol. 2, nº 30, 2023.

O sr. Prefeito municipal declarou que nada podia fazer, não há dinheiro:- *o que havia foi despendido em jardins, asfaltamento da Avenida Paulista, calçamento de ruas dos bairros chics, abertura de estrada para automóveis* e outras demonstrações da ideia que o sr. Dr. Washington Luís faz do que seja administrar uma cidade.<sup>63</sup> [grifo nosso]

*O Combate* questiona o desinteresse da elite paulistana pela classe trabalhadora e se utiliza da urbanização da cidade para tecer suas críticas. Desta forma, pode ser visto que seus redatores tinham um posicionamento contrário ao processo de urbanização segregacionista.

A denúncia remonta a como, em meio a uma greve realizada contra o aumento dos preços e falta de direitos, o prefeito da cidade declarava “nada poder fazer” por não ter dinheiro. O periódico rebate questionando os gastos do governo com projetos de embelezamento de bairros e avenidas prestigiadas.

É possível perceber pela ênfase dada à *resistência legal* e pela responsabilização dos industriais e governantes que o periódico se coloca a favor da política institucional como forma de reivindicação. Também fica evidente o distanciamento que o jornal faz entre os reclames dos grevistas e os direitos políticos. Para seus redatores, a greve é sobre pão – como uma expressão da fome -, vista como um requerimento básico<sup>64</sup>. Daí vem a indignação de *O Combate*.

Mais para o meio do mês de julho o jornal escreve um texto intitulado *Casa para operarios*, expressando suas considerações sobre

---

<sup>63</sup> *O Combate*, “As greves no interior”, 17/07/1917, p. 1.

<sup>64</sup> *O Combate*, “A tomada da Bastilha”, 14/07/1917, p. 1

a realidade das moradias proletárias, além de trazer possíveis resoluções.

Em um primeiro momento o artigo destaca os cortiços, marcados pelo seu caráter insalubre e que “nem sequer há relação entre os preços de taes pocilgas e a sua absoluta falta de hygiene”<sup>65</sup>. Reconhecendo a abusiva dos aluguéis, expõe que seria mais fácil “conceder isenção de impostos aos proprietários que quisessem edificar villas proletarias”<sup>66</sup>.

Foi apresentado previamente a relação do periódico com o Estado e buscou-se argumentar que ela era bem delineada, sendo comum a presença de artigos discutindo a ineficiência dos governantes em realizar seu trabalho, mas sem deixar de encontrar na institucionalidade espaço primordial de reivindicações.

Seus redatores apresentaram uma postura frente as casas operárias que foi de encontro as considerações de Bonduki apresentadas no início do texto. Evidentemente, trata-se de um jornal com um corpo de redatores que não era homogêneo, sendo assim, essa ambiguidade na postura pode significar justamente a presença de visões diferentes dentro do periódico. Ademais, não se tem como comprovar por quem este artigo foi escrito, visto que não foi assinado.

De toda forma, a discussão sobre as casas operárias e a política institucional não deixou de ser feita pelo periódico. Ao final de julho *O Combate* traz um artigo questionando a conduta do deputado Veiga Miranda no congresso.

---

<sup>65</sup> *O Combate*, “Casa para operários”, 18/07/1917, p. 1.

<sup>66</sup> *Ibid.*

Em fala o deputado apresenta uma realidade operária questionada pelo jornal – moradias saneadas, escola para os filhos, salário em dia e com direito ao tempo livre para ir ao cinema. A discussão vinha justamente em decorrência da greve, marcando uma postura no legislativo que buscava esconder e minimizar as reivindicações dos trabalhadores. Em resposta à Veiga o jornal escreve:

Ahi têm: as pocilgas são *casa saneadas*, há escolas por todo o canto, os filhos dos operarios são princepezinhos felizes, tudo é uma maravilha na Capital. Assim pensa quem tambem não enxerga o caboclo roído pela maleita e pelo amarellão, o colono cêgo pelo trachoma, a falta de transportes que immobilisa riquezas, todos os males que afligem [...] <sup>67</sup>. [grifo original]

O tom de ironia era comum no periódico, sendo nesta situação bastante elucidativo na compreensão de seu posicionamento. Além de reforçar sua crítica as condições de moradia do trabalhador, o jornal também aponta para o problema da falta de transportes. Sobre este ponto pode ser destacada outra matéria:

Para s. exa. póde faltar, feijão, arroz, pão, carne, leite, tudo, menos o bonde da Light. Quem estiver com fome, dê um passeio de bonde, se possuir 200 réis. <sup>68</sup>

Mais uma vez o periódico se utilizou da ironia para transparecer sem nuances seu posicionamento sobre um tema. Para além da indignação com a concessão de escolta policial a um meio de transporte, ao invés de garantir a segurança e alimentação da classe trabalhadora, *O Combate* ainda expôs brevemente uma crítica ao alto preço dos bondes.

<sup>67</sup> *O Combate*, “A crise e o congresso”, 24/07/1917, p. 1.

<sup>68</sup> *O Combate*, “Nem carne, nem pão, nem leite”, 14/07/1917, p. 1.

O que fica explicitado com o comentário do jornal é que a situação exigia do trabalhador uma escolha da qual ele não tinha condições materiais para realizar. Passar fome ou andar de transporte público, escolha de um em detrimento do outro. O que deveria ser um direito foi retirado dos trabalhadores que são considerados menos importantes que um bonde.

Como exposto até aqui, *O Combate* produziu durante a greve geral de 1917, mais do que notícias que atualizavam seus leitores sobre as manifestações, opiniões sobre seu rumo e propostas específicas, tendo em vista suas convicções políticas.

A isto, soma-se a atuação direta de seu editor, Nereu Rangel Pestana, na criação da Comissão de Imprensa que teve como seu principal objetivo realizar a intermediação dos governantes e industriais e trabalhadores grevistas, estes últimos representados pelo Comitê de Defesa Proletária.

Apesar do acordo entre a Comissão e o Comitê terem cessado – provisoriamente – as mobilizações, a postura de ambas não estiveram em total acordo. A título de exemplo se encontra justamente a reivindicação de redução dos aluguéis.

Ambas as partes reconheciam que lutar por um aumento salarial de 20% não seria suficiente para solucionar os problemas da carestia de vida, porém, para os redatores de *O Combate*:

Os operarios apresentam as suas reclamações em suas séries, uma para serem attendidas já, outras mais tarde. Entre estas, há duas que devem ser postas de parte, sem mais exame: a

requisição dos generos alimenticios e a reduçãõ de 30% nos alugueis das casas, ambas *inexequiveis*.<sup>69</sup> [grifo nosso]

Dentro da lógica de que seria “absurdo exigir tudo de uma vez”<sup>70</sup> o periódico entende que os operários deveriam ceder nas reivindicações excessivas para o momento, sem desistir delas, afinal “nunca se tratou a serio da construção de casas para operarios, hygienicas e baratas”<sup>71</sup>. Entretanto, pedem calma e ordem.

Destaca-se esse ponto pois, apesar da redução dos preços dos alugueis ter sido uma das reivindicações propostas pelo Comitê de Defesa Proletária, ela não esteve presente na resolução final publicada em 16 de julho. Ou seja, acredita-se que o olhar do periódico *O Combate* sobre a questão da moradia teve seu papel na supressão do item.

Os debates presentes nesse impresso não expressam o todo da discussão realizada na Comissão da Imprensa. A mesma foi composta por diferentes jornais que entre si não concordavam em tudo. No mais, esta pesquisa se ateve ao posicionamento de *O Combate* não somente por ser seu principal fundador, mas, principalmente, por ter este periódico estabelecido uma relação de cumplicidade com a imprensa operária e libertária que não foi visto em outros jornais – com exceção da revista *O Parafuso*.

Pode ser enfatizada a relação entre *O Combate* e *A Plebe*, editada por Edgard Leuenroth, um dos principais articuladores do Comitê de

---

<sup>69</sup> *O Combate*, “O que pedem os operarios”, p. 1.

<sup>70</sup> *O Combate*, “O que o Estado podia ter feito”, p. 1.

<sup>71</sup> *Ibid.*

Defesa Proletária durante a greve. O apreço entre ambos era mútuo e pode ser encontra nas páginas de seus periódicos<sup>72</sup>. Sobre os acontecimentos de julho e a ação de *O Combate*, *A Plebe* destaca:

Um diário de S. Paulo, <O Combate>, inculpou, pois que não é um jornal operário, mas se afirmou sempre como folha independente, denunciou todo o plano, em reportagens sensacionais.<sup>73</sup>

O mesmo pode ser visto de *O Combate* para *A Plebe*. Em solidariedade a prisão de Edgar Leuenroth, acusado de ser o mandante do assalto ao Moinho Santista durante a greve, Nereu Rangel Pestana escreveu uma carta publicada no jornal libertário, onde analisou a ação dos policiais contra Leuenroth, alegando ser um processo contra a liberdade de pensamento e não contra um criminoso<sup>74</sup>.

Não apenas, mas em meio as consequências da greve - perda de empregos, mortes, deportações e etc. - o Comitê de Defesa Proletária angariou dinheiro para ajudar as famílias dos operários e *O Combate* - "que jamais emergiu[?] com ideias subversivas" – acabou por abrir uma subscrição para arrecadar fundos em favor das famílias dos operários presos e deportados<sup>75</sup>.

A postura solidaria entre os periódicos foi relevante para a manutenção do jornal *A Plebe* até o fim de 1917. Com o empastelamento da sede e prisão de Leuenroth, os demais colaboradores ficaram em uma situação difícil para manter a publicação

---

<sup>72</sup> *A Plebe*, “Que banditismo! - A infame trama policial”, 08/09/1917, p. 2; *A Plebe*, “Anulação do processo d'O Combate”, 22/09/1917, p. 1.

<sup>73</sup> *Plebe*, “Pela justiça! - Aos homens livres e ao povo em geral - Plano de perseguição”, 14/10/1917, p. 2.

<sup>74</sup> *A Plebe*, “O crime de Edgard Leuenroth”, 22/09/1917, p. 3.

<sup>75</sup> *A Plebe*, “Pelas vítimas da polícia”, 22/09/1917, p. 4.

de seus textos. A partir do dia 22 de setembro daquele ano *A Plebe* passou a publicar uma nota esclarecendo que suas edições estavam sendo feitas nas oficinas d'*O Combate* e assim se mantiveram até sua última edição de 1917 no dia 30 de outubro.

### *Considerações finais*

O intuito deste texto foi de apresentar o periódico *O Combate* como fonte capaz de suscitar novas considerações sobre a existência de um *projeto de habitação* anterior aos anos 1930. Sendo a imprensa do período expressão da heterogeneidade de associações, mobilizações e reivindicações, reconhece-se que as ações do periódico estudado expõem ao mesmo tempo suas particularidades e interlocuções com diferentes grupos visando a construção política conjunta.

Compreende-se que o contexto das primeiras décadas do século XX não pode ser visto de forma uniformizada, caracterizado pela ausência do Estado. As considerações de *O Combate* pautadas pela legalidade e institucionalidade fazem coro a uma historiografia recente que questiona a suposta hegemonia anarquista nas reivindicações grevistas.

A existência de um projeto próprio pode ser vista não apenas nos trechos destacados, mas nas resoluções apresentadas pela Comissão da Imprensa, demonstrando a materialidade da postura do periódico nos rumos da greve geral.

*O Combate* se encontra na diversidade de organizações que compuseram o cenário de disputa da Primeira República. Sem

descaracterizar as especificidades de grupos anarquistas, as trocas feitas com os irmãos Rangel Pestana, destacando a figura de Leuenroth, podem ter reverberado nas reflexões sobre habitação e cidade e na construção da opinião dos leitores de ambos os periódicos.

Não é possível afirmar que todos os leitores de *A Plebe* eram anarquistas, nem que *O Combate* era lido apenas com republicanos radicais. E justamente pela interação entre os jornais é possível reconhecer que qualquer projeto, sobre habitação ou não, que tenha sido levantado nestas páginas não deve ser visto isoladamente.

Por fim é importante ressaltar que as dinâmicas analisadas em *O Combate* não se limitam ao ano de 1917. Como brevemente referenciado, o jornal foi responsável pela criação da Liga dos Inquilinos de 1920, sinalizando a permanência e aprofundamento do debate sobre habitação. A constituição deste projeto habitacional, como ressaltado diversas vezes, pode ser estudado em sua pluralidade e em seus embates, compreendendo que reflexões reverberam nos diferentes espaços de discussão política.

### *Bibliografia*

BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. A história de São Paulo no ano de 1918 pelo olhar do jornalista militante: uma análise dos gêneros textuais de *O Combate*. In: VI Simpósio Internacional de estudos de Gêneros Textuais, 2011, Natal /RN. *Anais do VI SIGET*, 2011.

BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. in: FREITAS, Marcos Cezar (org.).

*Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 145-158.

BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BIONDI, Luigi. *Classe e nação*. Trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar*. São Paulo: Studio Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*, v. XXIX (127), 1994, 711-732.

CARPINTERO, Maria Varanda Teixeira. *A construção de um sonho: “habitação econômica” – projetos e discussões (São Paulo – 1917/1940)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1990.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda. “O direito de habitar”, In: CARPINTÉRO, Marisa Varanda. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil 1917-1940*, São Paulo, UNICAMP, 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*; - 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KOWARICK, Lúcio. Cortiços: A humilhação e a subalternidade. *Tempo social*, São Paulo, v. 25, n. 2, novembro, 2013.

MACIEL, Laura Antunes. Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República. *ACHSC*, v. 48, p. 383-413, 2021.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920. *Ler História*, n. 66, 2014.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a "reinvenção" da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964). *Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, 2009.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. – 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RIBEIRO, Vitória. “*O que urge fazer?*”: Sobre moradia e transporte nas páginas d'O Combate e d'A Plebe durante a greve de 1917. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História). – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2021.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*; - 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SILVA, Marcos Virgílio da. Riots, Social Movements and the "Making of the working class": Forms of popular organization and urban protests in São Paulo (1945-1964). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*, v. 17, n. 3, p. 34-48, Recife, set-dez, 2015.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 61, p. 497-518, maio-agosto, 2017.

#### *Fontes*

*A Lanterna*, São Paulo, 1912, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

*A Plebe*, São Paulo, 1917, Biblioteca Digital Unesp.

*O Combate*, São Paulo, 1917, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.